

**CURADORIA DO MEIO AMBIENTE**  
**Inquérito Civil nº 06.2017.00007770-1****TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Órgão de Execução com atribuições na 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de São João Batista, na defesa do Meio Ambiente, doravante denominado **COMPROMITENTE** e, de outro lado, a empresa **RECICLAGEM BITTENCOURT – ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 16.104.848/0001-09, situada na Rua Francisco João Valle, n. 183, Centro, no Município de Nova Trento/SC, neste ato representada por **Irnando José Bittencourt**, separado, comerciante, nascido em 13 de setembro de 1959, filho de Gentil dos Santos Bittencourt e Erotides Correa Bittencourt, devidamente inscrito no CPF sob o n. 376.179.409-63 e carteira de identidade n. 886.329; e seu procurador, Dr. **Clecius Ricardo Trizotto de Andrade**, OAB/SC n. 14.499, doravante denominada **COMPROMISSÁRIA**, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2017.00007770-1, a teor do disposto no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985, e do art. 89 da Lei Complementar Estadual nº 197/2000, e

**CONSIDERANDO** que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 129 da CF), assim como a proteção dos interesses difusos, coletivos (art. 127, III, da CF e art. 81, I e II, da Lei n. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – CDC) e individuais homogêneos (art. 127, IX da CF e art. 81, III e 82, do CDC);

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição da República);

**CONSIDERANDO** que o art. 90, VI, "b" da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (Lei Complementar n. 738/2019), estabelece como função institucional do Ministério Público a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção, prevenção e reparação dos danos causados ao patrimônio público e social, **ao meio ambiente**, ao consumidor, à ordem econômica e aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

**1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA**

**CONSIDERANDO** que a competência para a deflagração de eventual ação civil pública é estabelecida pelo local do dano, nos termos do art. 2º, da Lei 7.347/85;

**CONSIDERANDO** que *"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."*, consoante dita o art. 225, *caput*, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** a função sócio ambiental da propriedade prevista nos arts. 5º, XXIII; 170, VI, 182, §2º; 186, inciso II e art. 225, todos da Constituição Federal, e os princípios jurídicos da prevenção, da precaução e do poluidor pagador;

**CONSIDERANDO** que o dever de defender e preservar o bem ambiental é imposto tanto ao Poder Público quanto aos administrados, em autêntica solidariedade social e jurídica, cada qual com sua esfera de responsabilidade, consagrando-se a tríplice responsabilização civil, administrativa e penal, de forma independente e autônoma (art. 225, § 3º, da CF);

**CONSIDERANDO** o artigo 170, incisos III e VI da Constituição Federal que elevou o meio ambiente à condição de princípio, ao lado da função social da propriedade, o que significa dizer que, ao tratar da atividade econômica e lucrativa, esta não poderá sobrepor-se à defesa do meio ambiente, mas sim conviver em harmonia com este;

**CONSIDERANDO** o direito de propriedade (art. 5º, XXII, da CF) e de exercício de atividade lucrativa (art. 170, da CF), condiciona-os a limites, dentre os quais encontra-se sua função social na dimensão ambiental, atendendo as diretrizes traçadas pela legislação, que visam garantir o bem-estar da população (arts. 5º, XXIII, 30, VIII, 170, III e VI, e 182, da CF);

**CONSIDERANDO** que chegou ao conhecimento deste Órgão de Execução que a empresa **Reciclagem Bittencourt – ME** está causando danos ao meio ambiente, bem como operando em desacordo com o Plano Diretor (Lei Complementar n. 266/2009) e o Código de Postura do Município de Nova Trento (Lei n. 1.739/2000);

**RESOLVEM**

Formalizar, neste instrumento, **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA**, mediante as

seguintes cláusulas e respectivas sanções:

## **I. DAS OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DA COMPROMISSÁRIA**

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** a **COMPROMISSÁRIA** assume a obrigação de não utilizar o logradouro público para o depósito de containers, removendo **imediatamente** aqueles que eventualmente ainda estejam depositados na via pública, porquanto em desacordo com o Código de Postura do Município de Nova Trento - Lei n. 1.739/2000.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** anui a **COMPROMISSÁRIA** na obrigação de fazer, consistente em promover o encerramento de suas atividades na Rua Francisco João Valle, n. 183, Centro, no Município de Nova Trento/SC, uma vez que a atividade exercida está em desacordo com o zoneamento local – Lei Complementar n. 266/2009<sup>1</sup>;

**Parágrafo Único:** a desocupação do imóvel com a retirada do material reciclado e/ou destinado a reciclagem deverá ocorrer impreterivelmente até o dia **28 de fevereiro de 2022**.

## **II. DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS DA COMPROMISSÁRIA**

**CLÁUSULA TERCEIRA:** a **COMPROMISSÁRIA** assume a obrigação de fazer consistente em cumprir na íntegra os requisitos e condições estabelecidos na(s) Licença(s) Ambiental(is) de Operação (LAO), mormente no que se refere aos controles ambientais;

**Parágrafo Único:** a(s) Licença(s) Ambiental(is) de Operação (LAO) concedidas pela FATMA (atual IMA) integram este instrumento para todos os fins legais, inclusive em caso de renovação.

**CLÁUSULA QUARTA:** a **COMPROMISSÁRIA** dá o imóvel matriculado sob o n. 14.940 como garantia (hipoteca convencional) das obrigações assumidas neste compromisso, livre e desembaraçado de quaisquer ônus, com todas as benfeitorias existentes ou que vierem a existir, mesmo que eventualmente não averbadas, em favor do Ministério Público do Estado de Santa Catarina;

**Parágrafo Primeiro:** a garantia hipotecária referida no *caput* deverá ser registrada no Cartório de Registro de Imóveis, às expensas da **COMPROMISSÁRIA**, com comprovação ao Ministério Público em até 60

---

<sup>1</sup> Art. 145. Os usos e atividades incômodas nível 4 somente poderão se localizar nas Zonas Industriais

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA

(sessenta) dias;

**Parágrafo Segundo:** a garantia será liberada com a comprovação do cumprimento integral do avençado neste compromisso.

**CLÁUSULA QUINTA:** O cumprimento das obrigações ora ajustadas não dispensam a **COMPROMISSÁRIA** de satisfazer quaisquer exigências previstas em outras legislações, tampouco de cumprir quaisquer imposições de ordem administrativa que digam respeito às normas inerentes ao caso.

### III. DA FISCALIZAÇÃO

**CLÁUSULA SEXTA:** o **COMPROMITENTE** poderá fiscalizar a execução deste acordo sempre que entender necessário, tomando as providências legais cabíveis, inclusive determinando vistorias no imóvel e demais providências pertinentes aos objetos das obrigações ora assumidas que deverão ser atendidas pela **COMPROMISSÁRIA** no prazo fixado na notificação ou requisição.

**Parágrafo Único:** eventuais valores despendidos com o custeio de perícias a serem realizadas, se necessário, deverão ser ressarcidos ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados pela **COMPROMISSÁRIA**.

### IV. DA MULTA PELO DESCUMPRIMENTO

**CLÁUSULA SÉTIMA:** em caso de descumprimento injustificado de quaisquer das Cláusulas do presente Termo, fica a **COMPROMISSÁRIA** obrigada ao pagamento de multa no valor de 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser revertida ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados de Santa Catarina, mediante a expedição de boleto a ser retirado diretamente nesta Promotoria de Justiça;

**Parágrafo Primeiro:** o valor da multa deverá ser pago em parcela única, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação da **COMPROMISSÁRIA** para comparecimento na Promotoria.

**Parágrafo Segundo:** não sendo efetuado o depósito do valor da multa na data estabelecida, sua cobrança será realizada pelo Ministério Público, com atualização monetária e juros de 1% ao mês sobre o que deveria ser depositado;

**Parágrafo Terceiro:** além do pagamento da multa, o descumprimento ou a violação de qualquer dos compromissos assumidos

**1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA**

facultará o protesto e a execução do presente Termo, que equivale a título executivo extrajudicial, ou então o aforamento de Ação Civil Pública, a critério do Ministério Público;

**Parágrafo Quarto:** para a execução da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário tão somente relatório, auto de constatação ou qualquer outro documento equivalente comprovando o descumprimento/violação.

**V. OBRIGAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**CLÁUSULA OITAVA:** o **COMPROMITENTE** compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil contra a **COMPROMISSÁRIA**, caso venha a ser cumprido o disposto neste ajuste de conduta, sendo que o presente compromisso não exclui a responsabilidade administrativa e criminal pelo ato praticado, nem por sua eventual reiteração.

**VI. EXECUÇÃO JUDICIAL DESTE TÍTULO**

**CLÁUSULA NONA:** a inexecução injustificada dos compromissos previstos nas cláusulas acima ou a continuidade de posturas ilícitas pela **COMPROMISSÁRIA** facultará ao Ministério Público a imediata execução judicial do presente título, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, nos planos judicial ou extrajudicial.

**VII. REVISÃO E ADITIVO DESTE TERMO**

**CLÁUSULA DÉCIMA:** o **COMPROMITENTE** e a **COMPROMISSÁRIA**, desde que haja comum acordo, poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

**VIII. POSSIBILIDADE DE PROTESTO:**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** o presente título executivo comportará o protesto, nos termos legais regulamentares e para surtir todos os efeitos que lhe são próprios, com base na autorização do art. 28, V, do Ato n. 395/2018/PGJ.

**IX. FORO DE ELEIÇÃO:**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** elegem as partes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da

**1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA**

Comarca de São João Batista/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou conflitos oriundos do presente TAC.

**X. DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** o presente ajuste entrará em vigor na data de sua assinatura.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, as partes firmam o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas em 3 (três) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985.

São João Batista, 7 de junho de 2021.

**Nilton Exterkoetter**  
Promotor de Justiça

**Irnando Jose Bittencourt**  
Reciclagem Bittencourt – ME  
Compromissária

**Clecius Ricardo Trizotto de Andrade**  
OAB/SC n. 14.499